

Dólar fecha em alta e Bolsa caminha para encerrar o dia em baixa após discurso de Powell

O dólar fechou em alta e a Bolsa fechou em queda nesta terça-feira (7). O discurso de Jerome Powell, presidente do Fed no Congresso aumentou a cautela dos investidores, e o desempenho dos ativos locais foi até melhor que o verificado nos Estados Unidos.

O dólar comercial à vista fechou em alta de 0,54%, a R\$ 5,194. Às 17h20 (horário de Brasília), o Ibovespa operava em baixa de 0,43%, a 104.243 pontos.

No mercado de juros futuros, as taxas apresentam queda, na espera pelas definições sobre temas como reforma tributária e arcabouço fiscal. Nos contratos para janeiro de 2024, a taxa saía dos 13,27% ao ano do fecha-

mento de segunda-feira (6) para 13,25%. No vencimento em janeiro de 2025, os juros recuavam de 12,70% para 12,65%. No vencimento de janeiro de 2027, a taxa recuava de 13,10% para 13,01%.

Em audiência no Congresso americano nesta terça-feira, Powell afirmou que o Fed deve aumentar os juros para um patamar acima daquele que a própria autoridade monetária esperava.

“Os dados econômicos mais recentes chegaram mais fortes do que o esperado, o que sugere que o nível final dos juros deve ser mais alto do que o previsto anteriormente”, disse Powell em comentários preparados para uma audiência perante o Comitê Bancário do Senado.

Embora a inflação “esteja se moderando” desde seu pico atingido no ano passado, disse Powell, “o processo de reduzir a inflação para 2% tem um longo caminho a percorrer e provavelmente será acidentado”.

Para Rodrigo Correa, estrategista-chefe e sócio da Nomos, os agentes econômicos dos Estados Unidos desaprenderam a lidar com inflação mais alta. “Não é por menos, já que faz 40 anos que o país não vive essa realidade”, afirma o analista.

Correa lembra que muitos bancos de investimentos já falam em juros a 6% no final do ciclo de alta. Mesmo com a maioria das variáveis apontando para uma desaceleração da economia americana.

Renato Carvalho/Folhapress



Economia



IGP-DI tem alta de 0,04% em fevereiro

Página - 03

IBGE atualiza pesquisas setoriais e inclui atacarejo nos dados de comércio

Página - 03



Mulheres paulistas são mais escolarizadas, mas ganham menos que os homens

Página - 12

Assembleia de SP vê avanço de mulheres após violência de gênero impactar legislatura

Página - 12

Política

Plataformas devem ser responsabilizadas por ações ou omissões, diz Gilmar

Página - 04

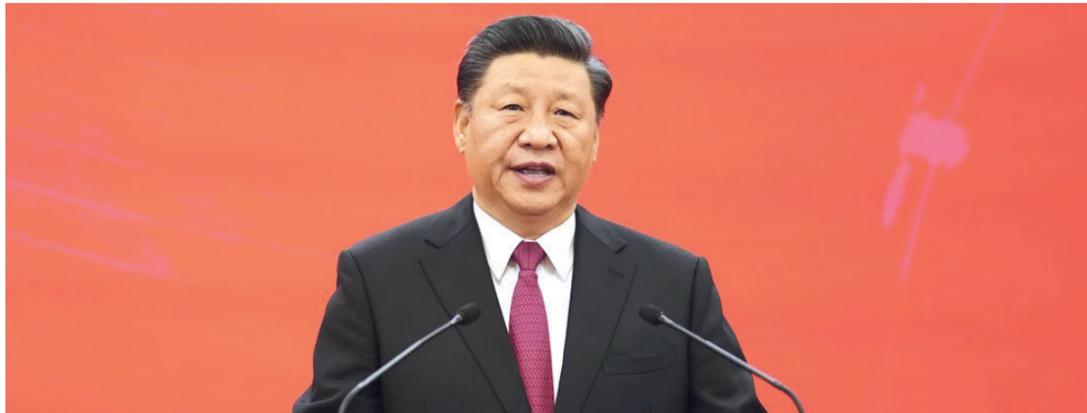
Diplomata que voltou da Arábia com ministro de Bolsonaro diz ter carregado apenas artigos pessoais

Página - 04



No Mundo

China faz duro ataque aos EUA e defende aliança com a Rússia



Em um raro e duro discurso no qual citou nominalmente os Estados Unidos como adversário existencial, o líder chinês Xi Jinping acusou Washington de liderar o Ocidente em uma campanha de “contenção e supressão” de seu país.

A fala, durante as chamadas Duas Sessões que reúnem o Legislativo da China, foi seguida por uma retórica ainda mais inflamada do chanceler Qin Gang, segundo o qual a aliança com a Rússia de Vladimir Putin precisa ser ainda mais reforçada para enfrentar os EUA.

“Países ocidentais, liderados pelos EUA, implementaram contenção e supressão completas da China, o que

trouxe desafios severos sem precedentes ao desenvolvimento do país”, afirmou Xi em um painel na segunda (6), segundo a agência Xinhua.

No futuro, disse o líder, “os riscos e desafios que nós enfrentamos apenas irão aumentar e se tornar mais severos”. Foi um passo além da usual crítica ao unilateralismo americano e a defesa da multipolaridade dos discursos do líder.

Já Qin, falando nesta terça (7), afirmou em entrevista coletiva que a aliança entre Xi e Putin, sacramentada em Pequim 20 dias antes do início da Guerra da Ucrânia, em fevereiro do ano passado, “deu um exemplo global de relações exteriores”.

Foi sua primeira apari-

ção como chanceler nas Duas Sessões, tendo substituído a Wang Yi, que virou o mais importante diplomata do país, chefiando o poderoso Escritório da Comissão de Negócios Estrangeiros do Politburo, o coração político da ditadura chinesa.

“Na realidade, a dita competição do lado dos EUA é uma contenção e supressão completa, um jogo de soma zero no qual você vive e morre”, afirmou, repetindo os termos do chefe e remetendo ao conceito da Teoria dos Jogos no qual a vitória de um adversário implica a derrota do outro.

Ele defendeu a relação com o Kremlin, que aumentou inclusive no flanco militar.

Igor Gielow/Folhapress

Chefe do Pentágono vai ao Iraque antes de 20º aniversário de invasão do país pelos EUA

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, desembarcou nesta terça-feira (7) no Iraque para uma visita surpresa às vésperas do 20º aniversário da invasão americana ao país. O chefe do Pentágono foi também o último general do Exército dos EUA no território dando à visita, que tinha como objetivo reforçar o apoio americano a Bagdá, certo simbolismo.

Apoiada por uma coalizão internacional, a invasão de março de 2003 era justificada por suspeitas de que o regime de Saddam Hussein, então líder do país, possuía armas de destruição em massa. O ditador foi destituído,

mas os equipamentos nunca foram encontrados.

A ofensiva marcou um dos momentos mais violentos da história da nação do Oriente Médio. Entre 185 mil e 208 mil civis iraquianos morreram segundo os cálculos do Projeto Custos da Guerra, do Instituto Watson para os Estudos Internacionais da Universidade de Brown.

Analistas afirmam ainda que a instabilidade gerada pela ocupação e pela posterior retirada do Exército americano em 2011 deu margem ao crescimento da organização extremista Estado Islâmico (EI) a tal ponto que Washington voltou a enviar tropas a Bagdá em 2014.

Folhapress



Coreia do Norte dispara contra fronteira e ameaça EUA



A Coreia do Norte voltou a elevar a tensão militar na península dividida entre a ditadura comunista e a democracia capitalista do Sul ao ameaçar os Estados Unidos devido a exercícios conjuntos de natureza nuclear com Seul.

Para dar peso à retórica usual, Pyongyang fez 30 disparos de artilharia contra regiões fronteiriças no sul de seu território. Enquanto isso, a poderosa irmã do ditador Kim Jong-un, Kim Yo-jong, disse que quaisquer tentativas americanas ou sul-coreanas de interceptar mísseis balísticos do Norte será uma “declaração de guerra”.

Em relação a Seul, não é preciso ir tão longe, dado que a Guerra da Coreia (1950-53) acabou num armistício, mas nunca houve um tratado de paz. Tecnicamente, ambos os países estão em conflito. Mas o alvo norte-coreano são os EUA, maior potência nuclear do mundo.

Para asseverar essa condição e a promessa de manter os sul-coreanos protegidos, Washington promoveu o sobrevoo de um bombardeiro estratégico B-52, escoltado por caças de Seul, próximo da Coreia do Norte.

O B-52 é um dos aviões dos EUA com capacidade de emprego de armas nucleares. Os dois países também farão

dez dias de exercícios militares, o que a agência estatal norte-coreana KCNA disse ser a causa da tensão atual.

Os EUA e seus aliados nunca derrubaram um míssil norte-coreano em teste, mas a possibilidade tem sido cada vez mais discutida dado o recrudescimento do regime de ensaio dessas armas por Pyongyang, que tem um pequeno arsenal de bombas atômicas e de hidrogênio.

O Japão é o país mais preocupado, já que os recentes testes sobrevoaram seu território. “O Oceano Pacífico não pertence ao domínio dos EUA ou do Japão”, afirmou Kim, a irmã, segundo a agência.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



IGP-DI tem alta de 0,04% em fevereiro



O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) subiu 0,04%, um pouco menos do registrado em janeiro, de 0,06%. No ano, o indicador acumula alta de 0,09% e 1,53% em 12 meses. No mesmo mês no ano passado tinha avançado 1,50% e acumulava elevação de 15,35% em 12 meses. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (7) pelo Ibpe/FGV.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) recuou 0,04% em fevereiro, enquanto no mês anterior a queda foi de 0,19%. Segundo o Ibpe, na avaliação por estágios de processamento, a taxa do grupo Bens Finais saiu da queda de 0,04% em janeiro para alta de 0,21% em fevereiro. O item combustíveis para o consu-

mo, que, do recuo de 2,31% em janeiro, chegou à elevação de 3,84% em fevereiro, foi a principal influência na aceleração da taxa. O índice de Bens Finais, que resulta da exclusão de alimentos in natura e combustíveis para o consumo, saiu do avanço de 0,15% em janeiro para a retração de 0,49% em fevereiro.

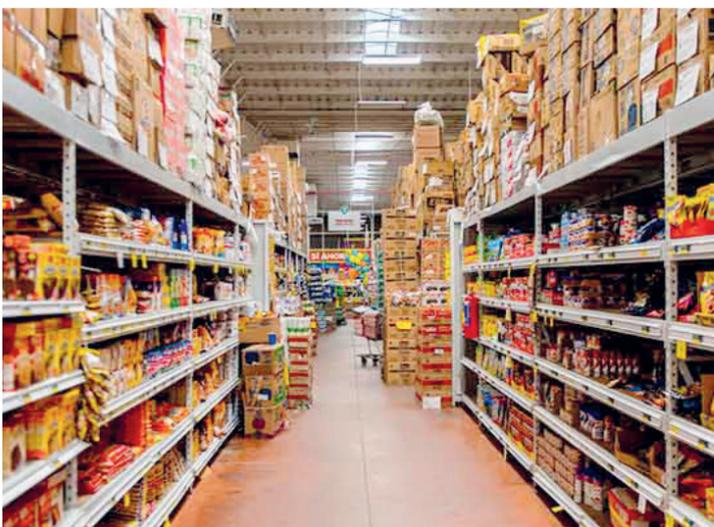
De acordo com o Ibpe, a taxa do grupo Bens Intermediários saiu da queda de 1,19% em janeiro para o recuo de 0,70% em fevereiro. “O principal responsável pela queda menos intensa foi o subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, cuja taxa passou de menos 3,98% para menos 3,54%”, informou, acrescentando que o índice de Bens Intermediá-

rios, calculado após a exclusão de combustíveis e lubrificantes para a produção, teve queda mais acentuada em fevereiro, de 0,12% na comparação com a anterior, quando registrou redução de 0,60%.

Depois de avançar 0,79% em janeiro, o estágio das Matérias-Primas Brutas subiu 0,44% em fevereiro. O resultado foi favorecido pelos desempenhos dos itens minério de ferro que passou de 7,05% para 2,63%; soja em grão de queda de 1,53% para queda de 3,06%, e bovinos, de queda de 1,08% para menos 2,37%. No movimento contrário, ficaram café em grão (0,92% para 10,07%), leite in natura (0,03% para 3,07%) e cana-de-açúcar (-0,70% para 0,72%).

Cristina Índio do Brasil/ABR

IBGE atualiza pesquisas setoriais e inclui atacarejo nos dados de comércio



O IBGE (anunciou nesta terça-feira (7) atualização nas amostras e ajustes de metodologia em suas pesquisas setoriais.

As mudanças entram em vigor nas próximas divulgações, referentes a janeiro, da PIM (Pesquisa Industrial Mensal) Brasil e Regional, da PMC (Pesquisa Mensal de Comércio) e da PMS (Pesquisa Mensal de Serviços). A publicação dos novos resultados está agendada para o período entre o final de março e a primeira quinzena de abril.

Conforme o IBGE, a atualização já estava prevista. Trata-se de uma operação recomendada para captar mudanças econômicas, incluindo alterações

Associação comercial registra desaceleração em fevereiro

O indicador de movimentação no varejo da capital paulista medido pela ACSP (Associação Comercial de São Paulo) registrou desaceleração em fevereiro. Conforme os dados que serão divulgados nesta semana, a alta foi de 1,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. Em fevereiro de 2022, o avanço ficava em torno de 5% na mesma base de comparação.

Ulisses Ruiz de Gamboa, economista da ACSP, atribui o crescimento deste ano à retomada do Carnaval. “Neste

ano, houve uma grande afluência de pessoas, de blocos. Algum efeito tem, mas é pequeno”, afirma.

Quando a comparação é feita com o mês anterior, fevereiro teve uma queda de 5% na movimentação do setor em São Paulo. O recuo já era esperado pela ACSP. “[O Carnaval] não é propriamente uma superdata para o varejo. É o setor de serviços que se beneficia mais. O comércio tem algum benefício, mas nem tanto”, diz Gamboa, que também cita o impacto dos dias a menos em fevereiro.

Joana Cunha/Folhapress



no padrão de consumo de bens e serviços e evolução da tecnologia de produção.

Esse tipo de procedimento é implementado ao longo dos anos pelo instituto. As séries históricas anteriores serão encadeadas com as novas para formar “séries temporais longas e consistentes”, afirmou o IBGE.

No caso da PMC, uma das principais atualizações é o acréscimo das atividades de atacado especializadas em alimentos. Elas envolvem os chamados atacarejos.

Até então, não eram investigadas as receitas dos supermercados classificados como comércio atacadista, e uma parte importante das vendas não era identificada, segundo o IBGE.

“É uma mudança importante, porque são empresas que ganharam força durante a pandemia e, ao incluí-las na pesquisa, passamos a ter um retrato mais aprimorado da atividade de varejo e atacado de alimentos”, disse o coordenador de Pesquisas Conjunturais em Empresas do IBGE, Flávio Magheli.

“Isso está relacionado às mudanças de consumo porque, em um ambiente de inflação e de queda da renda, as famílias passaram a consumir ou aumentar o volume de consumo nessas empresas classificadas como atacado”, acrescentou.

A amostra de empresas na PMC passará de 6.157 para 5.653.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Política

Plataformas devem ser responsabilizadas por ações ou omissões, diz Gilmar



O ministro Gilmar Mendes, do STF, disse nesta terça-feira (7) que redes sociais e plataformas devem ser “legalmente responsabilizadas” por ações ou omissões. O magistrado falava sobre o papel das empresas no combate à desinformação.

“Estou absolutamente convencido de que é urgente a disciplina das redes sociais. É fundamental que as plataformas sejam legalmente responsabilizadas por suas ações ou por suas omissões”, afirmou.

“É fundamental que aquele cardápio de medidas que já estão previstas na legislação, de notícias que atentem contra a moral, bons costumes, a divulgação de pedofilia, também se insira a defesa da democracia”.

O ministro participou do painel “A AGU e a defesa da

democracia”, durante evento em celebração aos 30 anos da Advocacia-Geral da União, em Brasília.

Para Gilmar, pessoas que se informam “exclusivamente” pelas redes “vivem numa bolha” e a situação representa “grande problema” para a democracia.

O ministro ainda citou casos de manifestações que entende que devem ser combatidos pelas instituições.

“Alguns saudosos do regime militar, alguns dizendo-se defensores do AI-5. Alguns, como vimos até recentemente, um grave erro, em várias partes, [defendendo] a intervenção militar a partir das portas dos quartéis. E isso precisa ser combatido”, afirmou. “Não só esses zumbis que estavam a frente dos quartéis, mas também as pessoas que estavam os mo-

bilizando, os manipulando”.

Gilmar elogiou a iniciativa da AGU de criar uma procuradoria contra a desinformação. A Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia foi anunciada nos primeiros dias do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Decreto publicado em 1 de janeiro estabeleceu as competências do novo órgão.

O magistrado ressaltou a “importância” da iniciativa da AGU de “se posicionar e se organizar para o combate aqueles que se dedicam à destruição da democracia”.

“Estamos vivendo um momento muito peculiar. A despeito de todos esses desafios, a democracia no Brasil se mostrou resiliente. Mas é fundamental que nós possamos dar atenção a isso”.

CNN

Onze advogados deixam defesa de Anderson Torres no STF

Onze advogados deixaram a defesa de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, no processo em que ele responde no STF. Ele está preso desde 14 de janeiro, após os atos de vandalismo do dia 8 em Brasília.

Os advogados que assinam a renúncia enviada ao ministro Alexandre de Moraes são: Vera Carla Nelson Cruz Silveira, Eustáquio Nunes Silveira, Alexandre César Osório Firmiano Ribeiro, Anamaria Reys Resende, Andressa De Vasconcelos Gomes, Diego Goiá Schmaltz, Fábio Felipe Mello, Pedro Ulisses Coelho Teixeira, Ricardo Venâncio, Thiago Santos Agelune e Demóstenes Lázaro Xavier Torres.

Procurado para saber o motivo da saída do grupo de advogados da defesa, Demós-

tenes Torres preferiu não se manifestar.

O único advogado que permanece no processo é Rodrigo Roca. Ele foi secretário Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça na gestão Anderson Torres e também já atuou como advogado do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, decidiu, na semana passada, manter a prisão preventiva de Anderson Torres. Isso ocorreu depois de a Procuradoria-Geral da República (PGR) ter se manifestado pedindo a manutenção da detenção.

Torres teve a prisão decretada por Moraes em razão de “indícios de omissão” nos atos criminosos de 8 de janeiro em Brasília, permanecendo detido até então no Batalhão da Polícia Militar do Guará, a 16 km da Esplanada dos Ministérios.

CNN



Diplomata que voltou da Arábia com ministro de Bolsonaro diz ter carregado apenas artigos pessoais



O diplomata Christian Vargas, terceiro integrante da comitiva do ministério de Minas e Energia que viajou à Arábia Saudita em outubro de 2021, afirma ter retornado ao Brasil carregando apenas artigos pessoais e que, ao desembarcar no aeroporto de Guarulhos (SP), não portava itens oferecidos como presentes oficiais ao governo Jair Bolsonaro (PL). “Minhas funções eram estritamente de assessoramento político-diplomático e não incluíam aspectos logísticos e de protocolo, como troca de presentes, que ficavam a cargo do Ajudante de Ordens do Ministro [Bento Albuquerque, titular da pasta sob Bolsonaro]”, disse Vargas.

“Devo dizer que ninguém

me solicitou, em nenhum momento, que transportasse qualquer pacote ou bagagem alheia. E, se isso tivesse ocorrido, eu evidentemente teria me negado a fazê-lo. Ingressei em território brasileiro, pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos, somente com minha bagagem e meus pertences pessoais e, ao passar pelo controle da Receita Federal, não foi detectada qualquer irregularidade”, concluiu o diplomata.

Vargas, atualmente indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para chefiar a embaixada brasileira em Havana (Cuba), acompanhou o então ministro Albuquerque (Minas Energia) a Riade, por ocupar à época o cargo de chefe da assessoria internacional da pasta. Albu-

querque, Vargas e o militar Marcos André dos Santos Soeiro participaram na Arábia Saudita do lançamento da iniciativa Oriente Médio Verde.

O próprio Bolsonaro fora convidado para a reunião, mas enviou Albuquerque como seu representante. No retorno ao Brasil, ao passarem pela aduana no aeroporto de Guarulhos, Soeiro foi selecionado pela Receita para fiscalização e teve apreendido um conjunto de joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões.

Os artigos seriam um presente do governo da Arábia Saudita para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro. Um outro pacote de artigos de luxo que estava com a delegação entrou no país sem ser interceptado pela Receita.

Folhapress



Platão Capital S.A.

CNPJ/ME nº 49.703.913/0001-63

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 12 de janeiro de 2023
Aos 12/01/2023, às 10:00 horas, na Av. Paulista, nº 1471, conjunto 511, Cerqueira César, São Paulo/SP, foi realizada a Assembleia Geral de Constituição da sociedade **Platão Capital S.A.**, com a presença de todos os subscritores do capital social, dispensada a convocação pela presença da totalidade dos subscritores. Por aclamação, presidiu os trabalhos o Sr. **Carlos Eduardo Passarelli Scott**, inscrito no CPF/MF sob nº 055.606.218-38, portador da Cédula de Identidade nº 7.343.376-7 SSP/SP; indicando para secretário a reunião o Sr. **Emerson Seiti Kanawa**, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.132.648-9 SESE/PR, e do CPF/MF sob nº 091.136.059-09. Dando início aos trabalhos, esclareceu-se que o capital social no valor de R\$ 5.000,00 havia sido totalmente subscrito mediante a emissão de 5.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada, salientando que 10% do preço de emissão das ações subscritas, equivalente a R\$ 500,00, foi depositado no Banco do Brasil. Em continuação aos trabalhos, o projeto do Estatuto Social foi aprovado na íntegra, por unanimidade. Cumpridas todas as formalidades legais, declarou-se definitivamente constituída a **Platão Capital S.A.** A seguir, foram eleitos os primeiros membros do Conselho de Administração, por unanimidade: para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**, o Sr. **Carlos Eduardo Passarelli Scott**, acima qualificado; para o cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração**, o Sr. **Emerson Seiti Kanawa**, acima qualificado; e para o cargo de **Membro do Conselho de Administração**, o Sr. **José Eduardo Maksoud Rahe**, portador da Cédula de Identidade RG nº 072.557 SSP/MS, e do CPF/MF sob nº 091.136.059-09, todos com mandato até a data da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a ser encerrado em 31/12/2024. Os Conselheiros eleitos, que serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse no livro de registro de atas de Assembleias Gerais, declararam, para os devidos fins, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos não farão jus a qualquer tipo de remuneração. Foi aprovada, por unanimidade, a autorização para que a administração da Companhia submeta à Comissão de Valores Mobiliários o pedido de registro da Companhia como Emissora de Valores Mobiliários – Categoria B, em conformidade ao disposto na Resolução da CVM nº 80, de 29/03/2022. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata. São Paulo, 12/01/2023. Mesa: **Carlos Eduardo Passarelli Scott** – Presidente; **Emerson Seiti Kanawa** – Secretário. **Acionistas – Subscritores: Carlos Eduardo Passarelli Scott; Platão Investimentos Ltda. Membros do Conselho de Administração Eleitos: Carlos Eduardo Passarelli Scott; Emerson Seiti Kanawa; José Eduardo Maksoud Rahe. Advogado: Leandro Issaka, OAB/SP nº 260.016. Anexo IV. Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede e Duração. Artigo 1º.** A **Platão Capital S.A.** é uma sociedade por ações e suas atividades são regidas por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1471, conjunto 511, Cerqueira César, CEP 01311-927, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, manter e fechar filiais e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social. Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a participação no capital social de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimento, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, especialmente naquelas voltadas ao setor de energia fotovoltaica; (ii) a realização de investimentos no setor de geração de energia elétrica de matriz solar fotovoltaica, em quaisquer das suas modalidades; e (iii) a administração de bens próprios. **§ Único.** A Companhia poderá participar do capital de sociedades, como sócia ou acionista, integrar consórcios de empresas ou associar-se de qualquer outra forma com terceiros, sempre necessário à consecução dos seus objetivos sociais. **Capítulo III – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 5.000,00, dividido em 5.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **§ 1º.** A Companhia poderá aumentar o capital social mediante a emissão de novas ações de espécies e classes diferentes, tendo os acionistas direito de preferência para a subscrição das novas ações, na proporção do número, espécie e classe de ações de que sejam titulares. **§ 2º.** A Companhia poderá ter no máximo 50% de seu capital social representado por ações preferenciais nominativas, sem direito a voto. A criação de classes de ações preferenciais ou ordinárias ou o aumento do número de ações de uma determinada classe poderá ser deliberada pela Assembleia Geral sem necessidade de se manter a proporção de que trata o **§ 2º**. **Artigo 6º.** A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares. **Artigo 7º.** A Companhia poderá emitir certificados ou títulos múltiplos de ações, que deverão ser assinados, em conjunto, por dois Diretores. Enquanto não forem emitidos os certificados de ações, presumir-se-á a propriedade das ações pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **§ Único.** É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 8º.** A Assembleia Geral é a reunião dos acionistas e terá poderes para decidir sobre todas as matérias relativas ao objeto da companhia e adotar as medidas que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, ressalvada a competência neste estatuto reservada ao Conselho de Administração. **Artigo 9º.** Competirá privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as todas as matérias previstas em lei. **Artigo 10.** A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social;

e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ Único.** A Assembleia Geral será convocada pelos Diretores e ainda: **a)** por deliberação do Conselho de Administração, tomada em reunião convocada e instalada de acordo com o art. 11; **b)** por grupo de acionistas que represente, no mínimo, 5% do capital social, quando a Diretoria não atender pedido de convocação de Assembleia Geral, com indicação das matérias a serem tratadas, enviado pelo referido grupo e não atendido pela Diretoria dentro do prazo de 8 dias contados da data de seu recebimento pelo Diretor Presidente; **c)** por qualquer acionista, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de 60 dias, nos casos previstos em lei ou neste estatuto. **Artigo 11.** A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 vezes, no mínimo, no órgão oficial e em outro jornal de grande circulação da localidade da sede social, com a indicação do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. **§ 1º.** A convocação será feita com a antecedência mínima de 8 dias, em primeira convocação, e de 5 dias, em segunda convocação. **§ 2º.** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 12.** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem a maioria do capital social com direito a voto, ressalvadas as exceções previstas na lei e neste estatuto; e, em segunda convocação, com qualquer número. **§ 1º.** Os trabalhos serão dirigidos por uma mesa composta por um presidente e por um secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **§ 2º.** Os acionistas poderão ser representados por mandatários nomeados na forma do **§ 1º** do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, devendo o instrumento de mandato ser depositado, na sede social, com 3 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia. **Artigo 13.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste estatuto, serão adotadas por maioria simples de votos, como tal entendida a metade mais um dos votos dos acionistas. **Capítulo VI – Administração. Artigo 14.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Seção I – Conselho de Administração. Artigo 15.** O Conselho de Administração será composto de 3 membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. **Artigo 16.** Competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre todas as matérias previstas no art. 142 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 17.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 4 vezes por ano, a cada 3 meses; e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 18.** Os membros do Conselho de Administração serão empossados na Assembleia Geral que os eleger, mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. **Artigo 19.** O Conselho de Administração terá um Presidente escolhido dentre os seus membros indicados pelos Acionistas. **Artigo 20.** No impedimento ou ausência permanente de qualquer dos membros do Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária para eleger o substituto, que exercerá o mandato pelo tempo que restar ao substituído. **Artigo 21.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente e, na ausência deste, por qualquer dos seus membros, e instaladas com a presença de, no mínimo, a maioria dos seus membros ou pelo menos, ao quorum de deliberação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada, respectivamente em primeira e em segunda convocação. **Artigo 22.** As deliberações do Conselho de Administração serão adotadas por maioria de votos e constarão de ata que será assinada pelos presentes. **Seção II – Diretoria. Artigo 23.** A Diretoria representa o órgão estatutário executivo e de representação da Companhia. **Artigo 24.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 04 Diretores, acionistas ou não, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** Os Diretores serão designados como Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Operacional e Diretor Comercial. **§ 2º.** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio e permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. **§ 3º.** Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e a respectiva remuneração. **Artigo 25.** Competirá à Diretoria, observado o disposto nos arts. 26 e 27: **a)** praticar todos os atos que se façam necessários à consecução dos objetivos da Companhia; **b)** representar a Companhia, em juízo e fora dele, perante todas as pessoas públicas e privadas, incluindo as repartições públicas e autarquias, federais, estaduais e municipais, as instituições financeiras e terceiros em geral; **c)** submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e os orçamentos anuais, os planos de investimentos e programas de expansão e investimento da Companhia, promovendo a sua execução nos termos em que forem aprovados; **d)** elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, até o 60º dia seguinte ao término de cada exercício social, o Relatório, o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras; **e)** acompanhar e supervisionar as atividades da Companhia; **f)** a guarda e a conservação dos livros e bens da Companhia; **g)** exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela lei, pelo estatuto e pelo Conselho de Administração. **Artigo 26.** Na execução dos atos de competência da Diretoria, constituirão atribuições: **I – do Diretor Presidente:** **a)** exercer a direção e supervisão geral das atividades da Companhia; **b)** convocar, extraordinariamente, o Conselho de Administração; **c)** convocar as reuniões da Diretoria e presidir os seus trabalhos; **d)** coordenar e orientar a atuação do Diretor de Operações, quanto ao acompanhamento do desempenho da companhia, das sociedades controladas e demais empreendimentos de seu interesse; **e)** coordenar e orientar a atuação do Diretor Financeiro, na elaboração e apresentação ao Conselho de Administração do plano estratégico da companhia; dos planos de atividades e de investimentos, das propostas de orçamento e dos relatórios e contas anuais; no planejamento das ações estratégicas destinadas à captação de recursos; na

gestão dos riscos empresariais; e das melhores práticas de governança corporativa; **f)** coordenar e orientar a atuação do Diretor Comercial, quanto ao planejamento e execução das ações estratégicas destinadas à captação de novos negócios e oportunidades relacionados ao objeto social; **g)** exercer as demais atribuições inerentes à sua função ou que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração; e **h)** cumprir e fazer cumprir este estatuto. **II – do Diretor Financeiro:** **a)** assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia, em particular no escopo de suas funções e atribuições, abaixo descritas: **(i)** administração financeira, controladoria e gestão fiscal-tributária e administração de ativos; **(ii)** planejamento estratégico, orçamento, monitoramento e gestão dos riscos empresariais; **(iii)** recursos humanos e comunicação interna; **(iv)** sistemas de informação (TI); e **(v)** contenciosos e processos, na esfera legal e administrativa, relacionados à operação da Companhia e de suas controladas. **III – do Diretor Operacional:** **a)** acompanhar o desempenho das companhias, das sociedades que participar e de empreendimentos de interesse da Companhia; **b)** exercer as demais atribuições inerentes à sua função ou que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração; e **c)** em conjunto com o Diretor Presidente, cumprir as atribuições previstas no inciso I, 'd'. **IV – do Diretor Comercial:** **a)** promover e implementar as ações estratégicas destinadas à captação de recursos, meios e oportunidades relacionadas ao objeto social; **b)** propor à Diretoria a realização de investimentos em novos negócios e atividades negociar com terceiros contratos a serem firmados no interesse da companhia; e **c)** em conjunto com o Diretor Presidente, cumprir as atribuições previstas no inciso I, 'f'. **Artigo 27.** Os atos que importarem na assunção de obrigações pela Companhia, tais como a celebração de contratos, a emissão, endosso ou aval de cheques, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer títulos de créditos, confissões de dívidas, concessão de avais e fianças, contratos de abertura de crédito e quaisquer outros, serão praticados mediante as assinaturas do Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor, ou, na sua ausência do Diretor Presidente, de qualquer Diretor em conjunto com 1 procurador com poderes específicos. **§ 1º.** Os procuradores serão constituídos através de instrumentos assinados na forma do caput deste artigo, somente podendo ocorrer o sub-estabelecimento dos poderes conferidos quando expressamente autorizado. Os instrumentos de mandato, de modo igualmente expreso, especificarão os poderes conferidos e o prazo de validade, de até 1 ano, exceto nos casos de procurações "ad iudicia". **§ 2º.** A Companhia será representada isoladamente por qualquer dos Diretores, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **Artigo 28.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação a qualquer de seus membros. **§ Único.** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Capítulo VII – Conselho Fiscal. Artigo 29.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 membros efetivos e suplentes em igual número, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. **Artigo 30.** O Conselho Fiscal não será permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, na forma da lei. **§ 1º.** O Conselho Fiscal terá as atribuições que lhe são conferidas na lei. **§ 2º.** Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu presidente na primeira sessão que for realizada após a sua instalação. **§ 3º.** As reuniões do Conselho Fiscal serão instaladas com a presença, pelo menos, da maioria dos seus membros. **§ 4º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VIII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados. Artigo 31.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a cada dia 31 de dezembro. **Artigo 32.** Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, nos termos da legislação aplicável, o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras, assim como o Relatório da Diretoria. **§ Único.** O Conselho de Administração poderá: **a)** determinar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados, observadas as disposições legais; e **b)** deliberar a distribuição de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 33.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Artigo 34.** O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **a)** 5% serão destinados à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social; **b)** 25% serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; e **c)** o saldo terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **§ 1º.** A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que o seu saldo, acrescido das reservas de capital referidas no art. 182, § 1º, da Lei nº 6.404/76, atingir o limite de 20% do capital social. **§ 2º.** O dividendo obrigatório será calculado sobre o saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução da reserva legal e dos ajustes previstos na lei. **§ 3º.** A Assembleia Geral poderá determinar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro, quando o Conselho de Administração informar que a distribuição do dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira da Companhia. **§ 4º.** A mesma deliberação, prevista no parágrafo anterior, poderá ser adotada pela Assembleia Geral, independentemente da informação do Conselho de Administração, desde que não haja a oposição de qualquer acionista presente. **Capítulo VIII – Liquidação e Dissolução. Artigo 35.** A Companhia entrará em liquidação e se dissolverá por deliberação da Assembleia Geral e nos casos previstos em lei. **§ Único.** A Assembleia Geral, que deliberar a liquidação da Companhia, determinará o modo de liquidação e, se houver solicitação dos acionistas, nomeará o Conselho Fiscal que funcionará no período da liquidação. **Artigo 36.** O Conselho de Administração será mantido no período da liquidação, competindo-lhe nomear o liquidante e fixar a sua remuneração. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.610.156 em 24/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Por que o ovo de Páscoa é mais caro do que a barra de chocolate?

Os ovos de Páscoa sempre são mais caros do que barras de chocolate. Mas por que isso acontece?

As empresas dizem que o custo para fazer é bem maior.

Em nota a Abicab (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas) diz que “Os ovos passam por um processo de produção de alta complexidade com custos de fabricação superiores, além disso, são embalados manualmente e as próprias embalagens são maiores e mais sofisticadas do que as de chocolates de linha regular”.

Existe um processo diferente de transporte e estocagem dos ovos. Como são mais sensíveis ao calor, precisam ficar em câmaras frias para

garantir que não derretam.

Na hora de transportar os ovos, os caminhões levam quantidades menores do que sua capacidade. Isto para que não quebrem no trajeto até as lojas. Então, as empresas gastam mais com frete.

As fábricas e lojas têm custos adicionais com a contratação de trabalhadores temporários para a Páscoa. A Páscoa deve gerar 41,5 mil vagas temporárias em 2023, de acordo com a Assertem (Associação Brasileira do Trabalho Temporário). As vagas incluem a indústria de chocolates e colômba pascal, de embalagens, no comércio e em transporte e logística.

Os processos de produção são mais longos do que os das barras. A Abicab diz que o trabalho de criação de

conceito, coleções e parcerias começa com 18 meses de antecedência da Páscoa.

“O ovo de Páscoa tem um custo maior pela questão do deslocamento, da estocagem, sua apresentação no varejo. As fábricas montam os túneis de ovos de Páscoa nas lojas e isso tem um custo” diz o professor do Ibmecc-SP Walter Franco.

No site da Lacta, por exemplo, um ovo de Diamante Negro de 300 gramas custa R\$ 53,99, o que equivale a R\$ 180 por quilo. A barra do mesmo chocolate, com 165 gramas, custa R\$ 11,39, o que dá cerca de R\$ 69 por quilo.

O quilo deste ovo de Páscoa fica 2,6 vezes mais caro do que o da barra.

Giuliana Saringer/Folhapress

Demissões no unicórnio: Loft manda mais 340 embora; cortes superam 1.100

A Loft, unicórnio do mercado imobiliário, ampliou os cortes no quadro de funcionários. Nesta sexta-feira, 3, a empresa demitiu 340 colaboradores, cerca de 15% do quadro de 2.200 pessoas, confirmou a empresa.

Esse é o quarto corte substancial na empresa, que passou a demitir de forma escalonada desde junho de 2022. Ao todo, já são mais de 1.100 funcionários desligados desde então. As áreas afetadas vão de operações a tecnologia e jurídico.

“Com este ajuste a Loft segue fortalecida no seu caminho de crescimento com sustentabilidade, buscando atingir o breakeven operacional até o final do ano”, afirmou a empresa, em nota.

Segundo a companhia, a decisão vem apoiada na necessidade de “adequar custos e despesas” num contexto econômico local e global mais “desafiador para as empresas de tech do que poderia ter sido previsto”.

Os funcionários demitidos terão direito a plano de saúde estendido pelos próximos dois meses, além apoio ao processo de recolocação profissional e facilitação da participação no plano de stock-options, se o colaborador for elegível ao programa.

A Loft já fazia parte de uma extensa lista de startups que decidiram enxugar despesas ao cortar o quadro de funcionários em vista do difícil cenário econômico para as big techs e pequenas tecnológicas.

Exame

Ezze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24

Relatório da Administração

Aos Acionistas: Senhores acionistas, É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras de EZZE Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Sobre nós:** A EZZE Seguros iniciou suas operações em outubro de 2019. Suas políticas foram construídas com os melhores conceitos de governança e práticas de mercado, principalmente quando falamos de subscrição e precificação. Atuamos em diversos ramos de seguros, nosso portfólio conta com produtos voltados para áreas de Seguros de Vida, Transportes, Patrimoniais, Responsabilidades, Garantia e Massificados. Neste momento, estamos empenhados na manutenção e melhorias das plataformas tecnológicas já construídas assim como a implementação de novas soluções de negócios visando propiciar agilidade e comodidade aos nossos clientes e parceiros de negócio.

Desempenho: Tivemos forte crescimento em 2022, o total de prêmios ultrapassou a R\$ 743 milhões. Essa performance reflete o resultado de ações implementadas pela administração, estando em linha com sua visão de solidez, crescimento orgânico, rigidez na aceitação de risco e metas de longo prazo. As despesas administrativas estão sob forte controle orçamentário, absolutamente em linha com o que foi planejado para o momento da Seguradora. **Perspectivas 2023:** Manteremos o foco na consolidação de soluções tecnológicas e na qualificação dos processos organizacionais. Permaneceremos concentrando esforços no desenvolvimento de negócios, em consonância com o direcionamento estratégico. **Recursos Humanos:** A EZZE Seguros mantém em seu quadro profissionais com vasta experiência em suas áreas de atuação, este capital intelectual lhe proporciona condições plenas de se manter

altamente competitiva frente aos seus concorrentes. A administração está comprometida com este processo contínuo de formação e aperfeiçoamento da equipe. **Distribuição de Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber, como dividendo, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em cada exercício, salvo deliberação contrária em virtude de capitalização dos resultados, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. **Agradecimentos:** A EZZE Seguros S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pela confiança e apoio dedicados à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. São Paulo, 07 de março de 2023. **A Administração.**

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		692.360	371.250
Disponível	4.b	18.200	4.818
Caixa e bancos		16.475	1.506
Equivalente de caixa		1.725	3.312
Aplicações	4.b/5	96.265	29.813
Créditos das operações com seguros e resseguros		254.120	169.560
Prêmios a receber	4.b/6	215.651	141.719
Operações com seguradoras	4.b	11.255	6.242
Operações com resseguradoras	4.b	27.214	21.599
Outros créditos operacionais	8.a	1.646	1.008
Ativos de resseguro – Provisões técnicas	4.a/14	205.026	109.209
Títulos e créditos a receber		13.960	4.961
Créditos tributários e previdenciários	7.a	7.103	2.028
Outros créditos	8.b	6.857	2.933
Outros valores e bens		10	70
Bens a venda		10	70
Despesas antecipadas		6.935	5.290
Custos de aquisição diferidos	14	96.198	46.521
Ativo não circulante		267.332	184.777
Realizável a longo prazo		265.495	182.949
Aplicações	4.b/5	90.735	84.111
Créditos das operações com seguros e resseguros		38.193	13.020
Prêmios a receber	4.b/6	37.465	12.978
Operações com seguradoras	4.b	728	42
Operações com resseguradoras	4.a/14	88.827	53.117
Ativos de resseguro – Provisões técnicas		6.351	5.735
Títulos e créditos a receber		6.351	5.735
Créditos tributários e previdenciários	7.a	6.351	5.735
Custos de aquisição diferidos	14	41.389	26.966
Imobilizado		837	828
Bens móveis		719	622
Outras imobilizações		118	206
Intangível	16	1.000	1.000
Total do ativo		959.692	556.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		697.970	386.537
Contas a pagar		14.730	7.939
Obrigações a pagar	9	496	187
Impostos e encargos sociais a recolher	10	10.623	5.383
Encargos trabalhistas		1.247	1.037
Impostos e contribuições	10.a	2.359	1.323
Outras Contas a Pagar		5	9
Débitos das operações com seguros e resseguros		238.769	143.169
Prêmios a restituir	15	10.836	2.018
Operações com seguradoras	11	8.143	16.397
Operações com resseguradoras	12	180.438	96.134
Corretores de seguros e resseguros	13	35.278	24.861
Outros débitos operacionais	13.a	4.074	3.759
Depósito de terceiros	6.b	35.642	2.618
Provisões técnicas – seguros	4.a/14	408.829	232.811
Danos		408.829	232.811
Passivo não circulante		199.400	128.579
Contas a pagar		1.024	283
Obrigações a pagar	10	1.024	13
Tributos diferidos	7.b	–	270
Débitos das operações com seguros e resseguros		14.917	7.762
Operações com seguradoras	11	3.321	350
Operações com resseguradoras	12	7.136	5.236
Corretores de seguros e resseguros	13	4.460	2.176
Provisões técnicas – seguros	4.a/14	183.459	120.534
Danos		183.459	120.534
Patrimônio líquido	17	62.322	40.911
Capital social		45.000	44.998
Ajuste de avaliação patrimonial		(7.561)	(6.323)
Reserva Legal		1.244	112
Outras Reservas		23.639	2.124
Total do passivo e patrimônio líquido		959.692	556.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/prejuízo por lote de mil ações)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	4.a	743.196	427.459
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(220.941)	(194.424)
(=) Prêmios ganhos	20.a	522.255	233.035
(-) Sinistros ocorridos	20.b	(186.326)	(86.867)
(-) Custos de aquisição	20.c	(129.650)	(44.090)
(+) Outras receitas e despesas operacionais		(6.107)	(1.740)
(+) Resultado com resseguro	20.d	(113.035)	(60.306)
(+) Receita com resseguro		90.290	32.383
(-) Despesa com resseguro		(203.325)	(92.689)
(-) Despesas administrativas	20.e	(53.613)	(34.725)
(-) Despesas com tributos	20.f	(10.821)	(5.086)
(-) Resultado financeiro	20.g	15.989	10.880
(=) Resultado operacional		38.692	11.101
(=) Resultado antes dos impostos e participações		38.692	11.101
(-) Imposto de renda	22	(9.576)	(2.782)
(-) Contribuição social	22	(5.910)	(2.075)
(-) Participações sobre o lucro		(559)	–
(=) Lucro do exercício		22.647	6.244
(/) Quantidade de ações		58.600.000	56.100.000
(=) Lucro/Prejuízo por ação		0,39	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro do exercício	22.647	6.244	
Ajuste de avaliação patrimonial – ativos disponíveis para venda	(2.063)	(10.481)	
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	825	4.200	
Total do resultado abrangente do exercício	21.409	(37)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Aumento de Capital em aprovação	Reserva legal	Reserva retenção lucros	Ajuste com TVM (42)	Lucros/ (prejuízos) acumulados (4.008)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	–	–	–	–	(4.008)	25.992
Aumento de capital AGE 14/06/2021	–	14.998	–	–	–	–	14.998
Ajustes com TVM	–	–	–	–	(6.281)	–	(6.281)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	6.244	6.244
Transferência para reserva retenção lucros	–	–	–	2.124	–	(2.124)	–
Transferência para reserva legal	–	–	112	–	–	(112)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	14.998	112	2.124	(6.323)	–	40.911
Aprovação aumento de Capital Port CGRAJ/SUSEP Nº 1004 – 30/09/2022.	15.000	(14.998)	–	–	–	–	2
Ajustes com TVM	–	–	–	–	(1.238)	–	(1.238)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	22.647	22.647
Transferência para reserva retenção lucros	–	–	–	21.515	–	(21.515)	–
Transferência para reserva legal	–	–	1.132	–	–	(1.132)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.000	–	1.244	23.639	(7.561)	–	62.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A EZZE Seguros S.A. (doravante EZZE Seguros), é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.534.848/0001-24, está estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50 – 10º Andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP: 04.543-000. Foi constituída em 08 de agosto de 2018, transformada em seguradora conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 16 de setembro de 2019. Teve sua autorização para operar através da Portaria SUSEP nº 7.519, de 25 de setembro de 2019. As operações de comercialização de seguros efetivamente iniciaram em outubro de 2019. A EZZE Seguros está autorizada a operar em seguros de danos e pessoas em todo território nacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com a Circular nº 648/21 e alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis”. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2023. **b) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da EZZE Seguros em continuar operando normalmente e possuiu recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Em 31 de dezembro de 2022, o capital circulante líquido da EZZE é negativo em R\$ 5.610 O principal fator para essa ocorrência é a maior rentabilidade para aplicações em títulos públicos adquiridos em longo prazo. O fato do capital circulante líquido apresentar-se negativo não prejudica sua capacidade de honrar compromissos de curto prazo, pois os investimentos com vencimento de longo prazo são altamente líquidos no mercado financeiro, podendo ser negociados a qualquer momento. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio de continuidade. **c) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e • Provisões técnicas e ativos de resseguros, mensurados de acordo com as determinações da SUSEP. **d) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da EZZE Seguros, e moeda do principal ambiente econômico em que opera, expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da EZZE Seguros e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **(i)** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **(ii)** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil; • **Notas 3.i** – Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • **Notas 3.d e 5** – Aplicações (Instrumentos Financeiros); e • **Notas 3.j e 13** – Provisões técnicas. **f) Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **h) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado o CPC 48 e o CPC 50 que já estão vigorando. Sendo assim, não há impactos para a Seguradora no período atual. Essas normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme segue: • **CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9):** Dentre as normas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos

sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em 18 de maio de 2018, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2021 e quando referendada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pela SUSEP, conforme segue: • **IFRS 17 Contratos de Seguro:** A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Seguradora requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the “premium allocation approach”) estabelece uma abordagem semelhante à contabilidade atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de seguro que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros. **3. Principais políticas contábeis –** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas pela EZZE Seguros para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Apuração do resultado:** As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **c) Reconhecimento de receita:** Os prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. • Os saldos relativos aos riscos vigentes, mas não emitidos são calculados com base em metodologia atuarial. • As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. • As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. **d) Instrumentos financeiros: 1. Ativos financeiros:** A EZZE Seguros classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, **(ii)** ativos financeiros disponíveis para venda, **(iii)** ativos financeiros mantidos até o vencimento e **(iv)** empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A EZZE Seguros gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Na data das demonstrações financeiras, a EZZE Seguros não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria. **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado. **iv) Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente “Créditos das operações com seguros e resseguros” e “Títulos e créditos a receber”. **v) Determinação do valor justo:** Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Os fundos de investimento são valorizados com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme apurado e informado pelos gestores dos respectivos fundos. As aplicações financeiras são custo-

diadas, registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e B3-Brasil, Bolsão e Balcão S.A. **vi) Redução do valor recuperável dos ativos financeiros:** A EZZE Seguros avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **vii) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber:** A EZZE Seguros constitui redução ao valor recuperável sobre os prêmios de riscos vigentes vencidos há mais de 60 dias ou no caso de riscos decorrido imediatamente após o vencimento, utilizando como base a parcela decorrida dos prêmios pendentes do mês de fechamento, líquidos de Cos-seguro e Resseguro. **viii) Redução ao valor recuperável de sinistros pagos a recuperar:** A EZZE Seguros constitui redução ao valor recuperável sobre os ativos por contrato de resseguro quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios, equipamentos e instalações utilizados na condução dos negócios da EZZE Seguros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a EZZE Seguros e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. Depreciação do ativo imobilizado é calculada seguindo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	Depreciação ao ano %
Móveis e utensílios	10 anos	10,00%
Equipamentos	05 anos	20,00%
Instalações	03 anos	33,33%

f) Ativo intangível: Valor pago para garantia de exclusividade na venda de seguros em um canal bancário por tempo indeterminado. Esta operação encontra-se em plena atividade com geração de caixa em montante suficiente para a manutenção deste ativo. **g) Imparidade de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **h) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de

... continuação

nhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **i) Classificação e mensuração dos contratos de seguros:** Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os contratos de resseguro também são classificados como "Contrato de seguros", pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros e registrados contabilmente, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado conforme decorre a vigência do risco. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-dia" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **j) Provisões técnicas - Seguros e Resseguros:** Face ao curto período de operação da EZZE Seguros, algumas das provisões descritas a seguir ainda não foram constituídas em função da ausência de fato gerador. • As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: • A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG), representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata dia", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso ou a data de início de vigência, o que ocorrer primeiro. • A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia atuarial, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na EZZE Seguros. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de cosseguro aceito e líquida das operações de cosseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Adicionalmente, a PSL abrange os valores relativos às indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da EZZE Seguros seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/21. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela EZZE Seguros. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocações ou não alocações, relacionadas à liquidação de indenização ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. • A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das Demonstrações Financeiras. Esta provisão é calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico em relação aos sinistros ocorridos e não avisados, conforme definido em Nota Técnica Atuarial. • A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente provisionados (IBNeR) é constituída por meio de estimativa atuarial para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, conforme definido em Nota Técnica Atuarial. **k) Teste de adequação dos passivos (TAP)** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de seguros, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP), para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Caso seja identificada deficiência no teste, a EZZE Seguros registra a perda imediatamente como despesa no resultado do período, constituindo a provisão PCC no caso de insuficiência na PPNG, ou ajustando as provisões de passivos de seguros já registrados na data do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, trazidos a valor presente, com base na taxa livre de risco, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21, que também incluem as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros utilizando-se premissas atuais para o teste. O teste de adequação dos passivos, realizado em 31 de dezembro de 2022, não indicou a necessidade de registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

As principais premissas utilizadas foram: • **Taxa de Juros:** Taxa de juros livre de risco pré-fixada (ETTJ). • **Sinistralidade:**

Grupo	31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	25%	22%
Responsabilidades	4%	15%
Transportes	55%	68%
Riscos Financeiros	17%	15%
Pessoas Coletivo	43%	65%
Habitacional	26%	0%
Rural	401%	174%
Pessoas Individual	26%	15%
Petróleo	5%	15%
Nucleares	5%	15%

l) Resseguro: Os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência significativa do risco de seguro. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da EZZE Seguros com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações mantidas com resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado, de acordo com as definições da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **m) Provisões e passivos contingentes** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia ações provisionadas. **n) Benefícios aos empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. A EZZE Seguros não oferece benefícios pós-emprego. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota 15%. Conforme Medida Provisória Nº 1.115/2022, convertida na lei nº 14.446/2022, a partir de agosto de 2022 as alíquotas de contribuição social sobre o lucro líquido foram majoradas em 1%, com efeitos até o fim do período de dezembro/2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p) PIS e Cofins:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a Cofins pela alíquota de 4% na forma da legislação vigente.

4. Gerenciamento de riscos - A EZZE Seguros, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Risco de capital. A seguir apresentamos informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela EZZE Seguros na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **a) Risco de Seguro:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a EZZE Seguros possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento,

a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A EZZE Seguros utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de qualidade, de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria, fator relevante para os ramos de Riscos Especiais. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras, por percentual ressegurado: **i. Concentração de risco:** As potenciais exposições ao risco de concentração de seguro são monitoradas, por meio de análises de determinadas áreas geográficas, utilizando-se uma série de premissas sobre as características potenciais da exposição ao risco. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio

A tabela abaixo apresenta a concentração de provisões técnicas de seguros por agrupamento de ramos:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Passivo bruto de resseguro	Ativo de Resseguro	Provisão técnica líquida resseguro	Passivo bruto de resseguro	Ativo de resseguro	Provisão técnica líquida resseguro
0114 - Compreensivo residencial	10	-	10	22	-	22
0118 - Compreensivo empresarial	4.833	3.222	1.611	4.432	2.908	1.524
0167 - Riscos de engenharia	49.400	37.524	11.876	12.734	9.022	3.712
0171 - Riscos diversos	11.562	8.311	3.251	3.659	2.241	1.418
0195 - Garantia estendida - bens gerais	11.553	-	11.553	3.448	-	3.448
0196 - Riscos nomeados e operacionais	36.529	30.579	5.950	6.749	5.352	1.397
0310 - R.C.de administradores e diretores - d&o	19.853	10.382	9.471	10.132	5.242	4.890
0351 - R.C.geral	21.976	15.639	6.337	7.380	3.352	4.028
0378 - R.C.profissional - e&o	7.543	1.038	6.505	3.916	799	3.117
0621 - Transporte nacional	11.256	3.443	7.813	20.132	3.018	17.114
0622 - Transporte internacional	2.100	1.546	554	564	269	295
0623 - R.C.transp. rodoviário de passageiros interestadual	3.149	344	2.805	541	205	336
0628 - R.C.transp. rodoviário de passageiros intermunicipal	3.858	451	3.407	1.296	49	1.247
0652 - R.C.transp. aereo carga - rctr-c	8	-	8	-	-	-
0654 - R.C.transp. rodoviário carga - rctr-c	4.504	1.369	3.135	7.931	2.592	5.339
0655 - R.C.transp. desvio de carga - rcf-dc	3.319	1.107	2.212	7.222	2.100	5.122
0656 - R.C.transp. aviário carga - rca-c	3	-	3	-	-	-
0746 - Fiança locatícia	6.351	1.851	4.500	3.273	1.133	2.140
0775 - Garantia segurado - setor público	164.694	73.070	91.624	149.887	66.990	82.897
0776 - Garantia segurado - setor privado	29.258	11.954	17.304	21.013	8.779	12.234
0929 - Funeral	35	-	35	7	-	7
0977 - Prestamista	47.971	-	47.971	13.831	-	13.831
0982 - Acidentes pessoais	5.380	-	5.380	7.479	-	7.479
0993 - Vida	36.196	1.399	34.797	15.145	1.100	14.045
1061 - Seg. habitacional ap. de mercado - prestamista	9	3	6	-	-	-
1065 - Seg. habitacional ap. de mercado - demais	2	1	1	-	-	-
1101 - Seguro agricola sem cobertura fesar	1.682	1.398	284	8.504	5.218	3.286
1381 - Acidentes pessoais	7.784	-	7.784	8	-	8
1390 - Eventos aleatórios	9.012	-	9.012	-	-	-
1734 - Riscos de petróleo	63.335	61.973	1.362	13.605	13.208	397
1872 - Riscos nucleares	29.122	27.249	1.873	30.435	28.749	1.686
Total	592.288	293.853	298.434	353.345	162.326	191.019
Circulante	408.829	205.026	203.802	232.811	109.209	123.602
Não Circulante	183.459	88.827	94.632	120.534	53.117	67.417

ii. Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros, bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das EZZE Seguros com seus clientes. (a) PCC: aumento de 5% no percentual de sinistralidade utilizada no cálculo do Teste de Adequação dos Passivos. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% no percentual de sinistralidade a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. (b) PCC: agravo de 5% no valor das despesas administrativas utilizado no cálculo do Teste de Adequação dos Passivos. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% nas despesas administrativas a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. **Abaixo algumas políticas para mitigação do risco de seguro: Política de subscrição:** Os elementos-chave da política de subscrição são: (i) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriada; (ii) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios; e (iii) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, sinistros e outras experiências estatísticas para que se possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa. Para o gerenciamento do risco de subscrição a EZZE Seguros mantém mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas e normas internas, tendo como objetivo final desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas técnicas e atuariais. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto, bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. **Política de resseguro:** Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela EZZE Seguros, foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo), critério de escolha dos resseguradores e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP, em conformidade com a legislação vigente. **i. Sensibilidade da sinistralidade e seus impactos sobre PLA e resultados.**

	31/12/2022	31/12/2021
Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	7.092	(5.993)

Variando das premissas

Considerando aumento na sinistralidade em 5 p.p. para o segmento de Danos e 2 p.p. para segmento de Pessoas

b) Risco de crédito: A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A EZZE Seguros dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de crédito: • Política de risco de crédito da EZZE Seguros, sendo que a conformidade com a política é monitorada, exposições e transgressões são apresentadas para a Administração da EZZE Seguros. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. • Os limites líquidos de exposição são estabelecidos para cada contraparte ou grupos de contrapartes, segmentos por área geográfica ou setor (ou seja,

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor Contábil	Vencidos ou à vencer em menos de 1 ano	A Vencer em mais de 1 ano	Valor Contábil	Vencidos ou à vencer em menos de 1 ano	A Vencer em mais de 1 ano
Ativos						
Caixa e bancos	16.475	16.475	-	1.506	1.506	-
Equivalente de caixa	1.725	1.725	-	3312	3312	-
Ativos financeiros	187.000	96.265	90.735	113.924	29.813	84.111
Prêmios a receber	253.116	215.651	37.465	154.697	141.719	12.978
Operações com seguradoras	11.984	11.255	729	6.284	6.242	42
Operações com resseguradoras	27.214	27.214	-	21.599	21.599	-
Outros créditos operacionais	1.646	1.646	-	1008	1008	-
Ativos de resseguro	293.853	205.026	88.827	162.326	109.209	53.117
Títulos e créditos a receber	20.311	13.960	6.351	10.696	4961	5.735
Outros valores e bens	10	10	-	70	70	-
Despesas antecipadas	6.935	6.935	-	5.290	5.290	-
Custos de aquisição diferidos	137.587	96.198	41.389	73.487	46.521	26.966
Total de ativos	957.856	692.360	265.496	554.199	371.250	182.949
Passivos						
Contas a pagar	15.884	14.860	1.024	8.222	7.938	284
Débitos das operações com seguros e resseguros	254.840	239.890	14.950	150.931	143.169	7.762
Depósitos de terceiros	34.487	34.487	-	2.618	2.618	-
Provisões técnicas seguros	592.288	408.829	183.459	353.345	232.811	120.534
Total de passivos	897.369	697.970	199.433	515.116	386.536	128.580
Liquidez geral	60.487			39.083		

d) Risco de mercado: O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço). A política para risco de mercado visa: • Definir a apropriação de ativos e a estrutura na carteira, visando assegurar que os ativos lastreiem passivos específicos de seguradora. • A EZZE Seguros adota como política de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa compostos principalmente por títulos públicos federais. Desta forma, a única exposição ao risco nos investimentos é

por região, baseado no valor de prêmio direto bruto e líquido de resseguro.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Centro-Oeste	28.642	3,85	18.328	4,34
Nordeste	62.380	8,39	50.955	12,06
Norte	38.538	5,19	32.857	7,78
Sudeste	501.409	67,47	220.732	52,25
Sul	112.227	15,10	99.546	23,57
Total	743.196	100,00	422.418	100,00
			427.459	100,00
				271.724
				100,00

são estabelecidos limites para investimentos, depósitos à vista, exposições cambiais e classificação mínima de risco de crédito para investimentos que podem ser mantidos). • O resseguro é realizado com contrapartes que possuem boas classificações de crédito e a concentração de risco é evitada mediante a observância das orientações previstas na política relacionada aos limites das contrapartes, estabelecidos anualmente pela diretoria e revisados com frequência. A cada data-base, a Administração da EZZE Seguros realiza uma avaliação de crédito das resseguradoras e atualiza a estratégia de contratação de resseguro, ao mesmo tempo apurando uma provisão adequada para redução no valor recuperável. • O risco de crédito atribuído aos saldos de clientes, incorridos a partir da falta de pagamento são individualizados para os contratos firmados pela EZZE Seguros. Caso não ocorra o pagamento de uma determinada parcela, o contrato de seguro poderá ser cancelado, com o consequente cancelamento do período de risco a decorrer, sem prejuízos para a EZZE Seguros (vide nota 6). O quadro abaixo apresenta o total de ativos financeiros de acordo com a classificação de risco de crédito.

	31/12/2022			31/12/2021		
	BB-	Sem rating	Total	BB-	Sem rating	Total
Caixa e bancos	16.475	-	16.475	1.506	-	1.506
Quotas de fundos de investimento	1.725	-	1.725	3.312	-	3.312
Aplicações	187.000	-	187.000	113.923	-	113.923
Prêmios a receber	-	253.115	253.115	-	154.697	154.697
Operações com seguradoras	-	11.983	11.984	-	6.284	6.284
Operações com resseguradoras	-	27.214	27.214	-	21.599	21.599
Outros créditos	-	6.857	6.858	-	2.933	2.933
Total	205.200	299.170	504.371	118.741	185.513	304.254

Os ratings foram atribuídos pela agência classificadora Standard & Poor's. **c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos ativos e passivos financeiros. Com relação aos eventos catastróficos, há também um risco de liquidez associado às diferenças de época entre os valores brutos de saídas de caixa e a expectativa de recuperação de valores de resseguro. A EZZE Seguros dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de liquidez: • A política de risco de liquidez que estabelece a avaliação e a determinação do que constitui risco de liquidez para a EZZE Seguros. A conformidade com a política é monitorada, exposições e transgressões são apresentadas para o comitê de risco da EZZE Seguros. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. • Estabelecimento de orientações sobre apropriações de ativos, estrutura de alçadas na carteira e perfis de vencimento dos ativos, de modo a assegurar a disponibilidade dos recursos suficientes para atender às obrigações previstas nos contratos de seguro e investimento. • A EZZE Seguros concentra seus investimentos em papéis de mercados ativos, possibilitando sua realização independente do vencimento escritural do título. • Os

... continuação

taxa de juros determina que a Seguradora administre tal risco mantendo uma combinação adequada entre instrumentos a juros fixos e a juros variáveis. **i. Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% na taxa básica de juros, e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pré-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PUs de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados para a nova taxa de juros, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da EZZE Seguros e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.

Classe de ativo	Varição das premissas	31/12/2022 Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	31/12/2021 Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado
Ativos pós fixados – Públicos	Aumento de 1% na taxa SELIC	403	(401)
Ativos pós fixados – Públicos	Redução de 1% na taxa SELIC	(399)	425

ii. Sensibilidade à taxa de inflação: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de inflação, mantendo todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pós-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PUs de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da EZZE Seguros

5. Aplicações – a) Carteira de Aplicações por vencimento:

Ativos financeiros disponíveis para venda	Sem vencimento	Menos de 365 dias	Mais de 365 dias	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil/mercado	%	31/12/2022 Taxa de Juros por papel aa
Ações	1.731	-	-	(1.040)	691	0%	SELIC
Letras Financeiras do Tesouro	-	88.232	38.587	(82)	126.736	68%	6%+IPCA
Notas do Tesouro Nacional – B	-	2.786	54.618	(9.199)	48.206	26%	10%
Notas do Tesouro Nacional – F	-	5.710	7.262	(1.605)	11.367	6%	
Total	1.731	96.728	100.467	(11.927)	187.000	100%	

Ativos financeiros disponíveis para venda	Sem vencimento	Menos de 365 dias	Mais de 365 dias	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil/mercado	%	31/12/2021 Taxa de Juros por papel aa
Ações	1.731	-	-	(686)	1.045	1%	SELIC
Letras do Tesouro Nacional	-	10.409	-	(407)	10.002	8%	11%
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.807	26.959	(197)	32.569	29%	SELIC
Notas do Tesouro Nacional – B	-	13.160	52.448	(7.093)	58.515	52%	6%+IPCA
Notas do Tesouro Nacional – F	-	1.110	12.163	(1.480)	11.793	10%	10%
Total	1.731	30.486	91.570	(9.863)	113.924	100%	

Os títulos da Seguradora são atrelados às reservas soberanas do país, as quais possuem classificação de risco BB- (Standard & Poor's), exceto as Quotas de Fundos de Investimentos. **b) Hierarquia dos ativos financeiros:** **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Movimentação dos títulos e valores mobiliários

Ativos financeiros disponíveis para venda	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor de mercado	Saldo em 31/12/2022
Renda fixa:						
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1 10.002	-	(10.869)	460	407	126.736
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1 32.569	103.206	(17.399)	8.235	125	48.206
Notas do Tesouro Nacional – B	Nível 1 58.514	-	(13.926)	5.724	(2.106)	11.367
Notas do Tesouro Nacional – F	Nível 1 11.794	-	(1.127)	825	(125)	-
Quotas de Fundos de Investimento	Nível 1 -	-	-	-	-	-
Renda variável:						
Ações	Nível 1 1.045	-	-	-	(354)	691
Total	113.924	103.206	(43.321)	15.244	(2.053)	187.000

Ativos financeiros disponíveis para venda	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor de mercado	Saldo em 31/12/2021
Renda fixa:						
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1 3.695	16.249	(9.931)	544	(555)	10.002
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1 20.348	34.271	(23.506)	1.514	(58)	32.569
Notas do Tesouro Nacional – B	Nível 1 25.936	35.646	(2.242)	6.515	(7.341)	58.514
Notas do Tesouro Nacional – F	Nível 1 5.097	13.899	(6.761)	943	(1.384)	11.794
Quotas de Fundos de Investimento	Nível 1 6.531	-	(6.619)	88	-	-
Renda variável:						
Ações	Nível 1 4.081	1.500	(4.241)	972	(1.267)	1.045
Total	65.688	101.565	(53.300)	10.576	(10.605)	113.924

c) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia contratos envolvendo operações de instrumentos financeiros derivativos.

6. Prêmios a receber – a) Prêmio a receber por ramo e por vencimento:

Ramos	Média de parcelamento meses	Vencidos	01 a 30 dias (*)	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	31/12/2022 Total
0114 – Compreensivo residencial	1	1	55	-	-	-	-	-	56
0118 – Compreensivo empresarial	4	65	868	386	564	113	3	-	1.999
0167 – Riscos de engenharia	3	64	11.423	666	452	66	15.887	-	28.558
0171 – Riscos diversos	4	461	1.635	525	784	-	-	-	3.405
0195 – Garantia estendida – bens gerais	1	4.676	3.251	-	-	-	-	-	7.927
0196 – Riscos nomeados e operacionais	4	-	7.484	1.288	1.700	296	120	-	10.888
0310 – R.C. de administradores e diretores – d&o	3	590	8.565	2.327	1.052	478	193	-	13.205
0351 – R.C. geral	2	292	5.309	4.304	3.033	98	5.061	-	18.097
0378 – R.C. profissional – e&o	5	379	1.701	950	1.246	532	117	-	4.925
0621 – Transporte nacional	1	663	3.857	906	1.588	1.380	3.100	-	11.494
0622 – Transporte internacional	1	1.253	946	2	18	2	2	-	2.223
0623 – R.C. transp. rod. pass. interestadual	5	284	518	301	496	431	380	-	2.410
0628 – R.C. transp. rod. pass. intermunicipal	3	319	855	308	463	294	210	-	2.449
0652 – R.C. transp. aereo carga – rctr-c	1	5	25	1	2	1	3	-	37
0654 – R.C. transp. rod. carga – rctr-c	1	970	3.892	396	342	173	363	-	6.136
0655 – R.C. transp. desvio de carga – rcf-dc	1	580	773	194	172	108	252	-	2.079
0656 – R.C. transp. aquaviário carga – rca-c	-	3	3	-	5	-	-	-	11
0746 – Fiança locatícia	21	15	449	107	106	258	430	1.172	2.537
0775 – Garantia seguro – setor público	1	2.713	9.704	8.252	7.059	1.254	9.014	21.144	59.140
0776 – Garantia seguro – setor privado	2	2.176	8.457	732	1.133	591	1.063	636	14.788
0977 – Prestamista	8	-	15.935	23	23	69	134	239	16.423
0982 – Acidentes pessoais	3	443	687	159	175	118	90	-	1.672
0993 – Vida	2	1.152	4.675	107	66	35	36	3	6.074
1061 – Seg. habitacional ap. de mercado – prestamista	-	12	1	-	1	-	-	-	14
1065 – Seg. habitacional ap. de mercado – demais	-	4	-	-	-	-	-	-	4
1101 – Seguro agrícola sem cobertura fesr	2	79	-	-	-	-	-	-	79
1381 – Acidentes pessoais	4	4	544	2	3	2	-	-	555
1390 – Eventos aleatórios	-	-	3.064	-	-	-	-	-	3.064
1734 – Riscos de petróleo	1	-	4.789	-	-	-	-	3.322	14.271
1872 – Riscos nucleares	-	-	14.975	-	-	-	-	-	14.975
Total a vencer		17.203	114.440	21.936	20.483	6.299	39.780	37.465	257.606
PCLD		(3.411)	(749)	(123)	(124)	(57)	(26)	(4.490)	(4.490)
Total		13.792	113.691	21.813	20.359	6.242	39.754	37.465	253.116

(*) A faixa de prêmios a vencer de 01 a 30 dias inclui os Prêmios de Riscos Vigentes e não Emitidos – RVNE, que montam o total de R\$ 51.985.

b) Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo exercício anterior	154.697	89.411
Prêmios emitidos	1.142.485	538.062
Prêmios cancelados	(314.125)	(101.930)
IOF	25.368	13.212
Riscos vigentes e não emitidos	22.055	15.662
Recebimentos	(778.621)	(398.347)
Constituição da provisão para redução ao valor recuperável	(2.618)	(1.373)
Oscilação Cambial	3.875	-
Saldo exercício atual	253.116	154.697
Circulante	215.651	141.719
Não circulante	37.465	12.978

7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto retidos na fonte a compensar	7.103	2.028
Imposto de renda diferido – Ajustes Temporais	3.969	2.592
Imposto de renda diferido – Prejuízo Fiscal	-	976
Contribuição social diferida – Ajustes Temporais	2.382	1.581
Contribuição social diferida – Prejuízo Fiscal	-	586
Total	13.454	7.763
Circulante	7.103	2.028
Não circulante	6.351	5.735

a) Tributos Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido – Ajustes Temporais	-	169
Contribuição Social diferida – Ajustes Temporais	-	101
Total	-	270(*)

(*) Os ajustes são oriundos das diferenças temporárias referente a marcação a mercado dos ativos financeiros. A EZZE Seguros reconhece os créditos provenientes de diferenças temporárias com base na expectativa de geração de lucro fiscal futuro. Os créditos de prejuízo fiscal foram integralmente realizados em 2022. A Administração projeta que estes créditos sobre diferenças temporárias serão integralmente realizados, afastando assim a necessidade de quaisquer ajustes de redução a valores realizáveis.

e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.

Classe de ativo	Varição das premissas	31/12/2022 Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	31/12/2021 Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado
Ativos pós fixados – Públicos	Aumento de 1% no IPCA	329	376
Ativos pós fixados – Públicos	Redução de 1% no IPCA	(326)	(372)

e) Risco Operacional: A EZZE Seguros define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de riscos operacionais na EZZE Seguros é realizada por toda a diretoria por meio da avaliação e melhorias dos procedimentos operacionais. **f) Risco de Capital:** A EZZE Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo de atender aos requerimentos de capital mínimo, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP, e para manter o retorno sobre o capital para os acionistas. A EZZE Seguros mantém níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme nota explicativa 19. A EZZE Seguros, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

8. Outros Créditos

a) Outros Créditos Operacionais:	31/12/2022	31/12/2021
Participação nos Lucros em contrato de Resseguro (*)	5.409	2.907
Adiantamentos a funcionários	919	-
Adiantamentos administrativos	505	-
Outros créditos	24	26
Total	6.857	2.933

b) Outros Créditos	31/12/2022	31/12/2021
Valores a Recuperar – Estipulantes	93	401
Valores a Recuperar – Corretores	684	450
Pagamentos de Sinistros em Processamento	869	157
Total	1.646	1.008

9. Obrigações a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	496	187
Total	496	187
Circulante	496	187

10. Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte	475	274
Contribuições Retidas na Fonte	(66)	1
Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	93	324
Encargo Sobre Folha de Pagamento a Recolher	402	12
Imposto Sobre Operações Financeiras	9.719	4.772
Outras obrigações a pagar – IOF	1.024	13
Total	11.647	5.396
Circulante	10.623	5.383
Não circulante	1.024	13

10.a Impostos e contribuições

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	804	391
Contribuição Social	516	555
Cofins	894	(799)
Pis/Pasep	145	1.175
Total	2.359	1.323

11. Operações com seguradoras

Ramos	31/12/2022 Prêmio de cosseguro aceito a restituir	31/12/2022 Prêmio de cosseguro cedido emitido	31/12/2022 Prêmio de cosseguro cedido a liquidar	Total
0167 – Riscos de Engenharia	-	180	(54)	126
0196 – Riscos Nomeados e Operacionais	12	995	1.700	2.707
0310 – R.C. de Administradores e Diretores – D&O	91	359	295	745
0378 – R.C. Profissional – E&O	6	131	11	148
0775 – Garantia Segurado – Setor Público	-	6.905	107	7.012
0776 – Garantia Segurado – Setor Privado	-	681	46	727
Total	109	9.251	2.105	11.465
Circulante				

... continuação		Ezze Seguros S.A.										
Ramos	31/12/2022				31/12/2021				31/12/2022		31/12/2021	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Provisões Técnicas	Custos de Aquisição Diferidos	Resseguros	Ativos de Resseguros	Índice de Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissão-nameto %	Índice de comissão-nameto %
0775 - Garantia segurado - setor público	164.606	47	41	-	164.694	35.887	2.907	2.907	186.309	112.878	186.309	112.878
0776 - Garantia segurado - setor privado	28.934	6	319	-	29.259	6.608	9.022	9.022	592.287	353.345	592.287	353.345
0929 - Funeral	-	-	35	-	35	-	2.240	2.240	(199.230)	(117.743)	(199.230)	(117.743)
0977 - Prestamista	47.326	197	448	-	47.971	32.058	5.352	5.352	(75.868)	(38.805)	(75.868)	(38.805)
0982 - Acidentes pessoais	4.541	257	582	-	5.380	3.331	5.241	5.241	(110.884)	(73.974)	(110.884)	(73.974)
0993 - Vida	26.635	1.966	7.595	-	36.196	20.173	3.352	3.352	(15.905)	(7.535)	(15.905)	(7.535)
1061 - Seg. habitacional ap. de mercado - prestamista	9	-	-	-	9	1	3.352	3.352	(9.698)	(3.385)	(9.698)	(3.385)
1061 - Seg. habitacional ap. de mercado - demais	2	-	-	-	2	-	7.99	7.99	(8)	(38)	(8)	(38)
1101 - Seguro agrícola sem cobertura festr	-	1.682	-	-	1.682	6.048	7.99	7.99	180.614	111.865	180.614	111.865
1381 - Acidentes pessoais	7.784	-	-	-	7.784	6.048	2.907	2.907	5.695	1.013	5.695	1.013
1390 - Eventos aleatórios	9.012	-	-	-	9.012	6.081	2.907	2.907	-	-	-	-
1734 - Riscos de petróleo	63.335	-	-	-	63.335	81	2.907	2.907	-	-	-	-
1872 - Riscos nucleares	29.122	-	-	-	29.122	3	2.907	2.907	-	-	-	-
Saldo	548.647	23.637	19.646	358	592.288	137.587	162.326	162.326				
Circulante	365.188	23.637	19.646	358	408.829	96.198	162.326	162.326				
Não circulante	183.459	-	-	-	183.459	41.389	-	-				
Movimentações das provisões técnicas e custos de aquisição												
31/12/2022												
Total Custos de Provisões Técnicas Aquisição Diferidos												
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Provisões Técnicas	Custos de Aquisição Diferidos	Resseguros	Ativos de Resseguros	Índice de Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissão-nameto %	Índice de comissão-nameto %
0114 - Compreensivo Residencial	22	-	-	-	22	14	151.368	151.368	3.250	2.833	3.250	2.833
0118 - Compreensivo Empresarial	1.508	2.305	617	-	4.430	362	320.783	320.783	1.182	6,05%	1.182	6,05%
0167 - Riscos de Engenharia	12.072	495	167	-	12.734	2.261	(203.990)	(203.990)	3.290	61,79%	3.290	61,79%
0171 - Riscos Diversos	3.384	204	71	-	3.659	841	-	-	12.690	-0,74%	12.690	-0,74%
0195 - Garantia Estendida - Bens Gerais	3.447	1	-	-	3.448	2.361	-	-	12.652	45,63%	12.652	45,63%
0196 - Riscos Nomeados e Operacionais	6.565	184	-	-	6.749	576	-	-	12.650	29,26%	12.650	29,26%
0310 - R.C. de Administradores e Diretores - D&O	10.084	11	22	15	10.132	1.185	-	-	1.318	12,19%	1.318	12,19%
0351 - R.C. Geral	6.229	1.011	137	3	7.380	925	-	-	40.044	28,96%	40.044	28,96%
0378 - R.C. Profissional - E&O	3.742	122	51	1	3.916	684	-	-	30.791	0,16%	30.791	0,16%
0621 - Transporte Nacional	17.425	1.571	1.120	17	20.133	2.394	-	-	23.160	7,65%	23.160	7,65%
0622 - Transporte Internacional	475	81	8	-	564	66	-	-	9.211	3,15%	9.211	3,15%
0623 - R.C. Transp. Rodoviário de Passageiros Interestadual	486	55	-	-	541	82	-	-	18.302	33,59%	18.302	33,59%
0628 - R.C. Transp. Rodoviário de Passageiros Intermunicipal	984	312	-	-	1.296	183	-	-	1.422	21,18%	1.422	21,18%
0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	2.698	3.320	1.544	369	7.931	558	-	-	3.512	46,90%	3.512	46,90%
0655 - R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	3.021	2.159	1.984	58	7.222	593	-	-	8.325	47,81%	8.325	47,81%
0746 - Fiança Locatícia	3.273	-	-	-	3.273	599	-	-	281	0,00%	281	0,00%
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	149.875	12	-	-	149.887	31.489	-	-	21.642	46,77%	21.642	46,77%
0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	21.003	10	-	-	21.013	4.391	-	-	14.880	81,71%	14.880	81,71%
0977 - Prestamista	13.660	81	90	-	13.831	10.265	-	-	14.840	21,89%	14.840	21,89%
0982 - Acidentes Pessoais	6.237	631	596	16	7.480	4.886	-	-	36	0,00%	36	0,00%
0993 - Vida	10.707	1.609	2.828	-	15.144	7.965	-	-	1.972	44,71%	1.972	44,71%
1101 - Seguro Agrícola sem cobertura FESR	7.654	517	299	34	8.504	793	-	-	70.784	20,74%	70.784	20,74%
1329 - Funeral	7	-	-	-	7	2	-	-	14.021	86,26%	14.021	86,26%
1381 - Acidentes Pessoais	8	-	-	-	8	3	-	-	312	27,10%	312	27,10%
1734 - Riscos de Petróleo	13.605	-	-	-	13.605	6	-	-	32.939	13,46%	32.939	13,46%
1872 - Riscos Nucleares	30.435	-	-	-	30.435	3	-	-	28.484	8,87%	28.484	8,87%
Saldo	328.606	14.691	9.534	513	353.344	73.487	151.368	151.368	522.255	35,68%	522.255	35,68%
Circulante	208.072	14.691	9.534	513	232.811	46.521	151.368	151.368	35.68%	24,83%	35.68%	24,83%
Não Circulante	120.534	-	-	-	120.534	29.966	-	-				
Movimentações das provisões técnicas e custos de aquisição												
31/12/2022												
Total Custos de Provisões Técnicas Aquisição Diferidos												
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Provisões Técnicas	Custos de Aquisição Diferidos	Resseguros	Ativos de Resseguros	Índice de Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissão-nameto %	Índice de comissão-nameto %
Constituições decorrentes de prêmios	743.196	-	-	-	743.196	149.146	176.289	176.289	4	0,00%	4	0,00%
Diferimento pelo risco decorrido	(523.155)	-	-	-	(523.155)	(85.046)	(92.474)	(92.474)	13	0,00%	13	0,00%
Aviso de sinistros	-	109.448	-	4.312	113.760	-	-	-	7.293	748,94%	7.293	748,94%
Ajuste de estimativa de sinistros	-	64.225	-	(107)	64.118	-	-	-	7	0,00%	7	0,00%
Pagamentos	-	(166.150)	-	(4.360)	(170.510)	-	-	-	3.985	0,00%	3.985	0,00%
Outras constituições	-	1.423	10.112	-	11.535	-	-	-	5.338	0,00%	5.338	0,00%
Saldo em 31/12/2022	548.647	23.637	19.646	358	592.288	137.587	151.368	151.368	37.184	0,00%	37.184	0,00%
Circulante	365.188	23.637	19.646	358	408.829	96.198	151.368	151.368	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%
Não circulante	183.459	-	-	-	183.459	41.389	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Movimentações das provisões técnicas e custos de aquisição												
31/12/2021												
Total Custos de Provisões Técnicas Aquisição Diferidos												
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Provisões Técnicas	Custos de Aquisição Diferidos	Resseguros	Ativos de Resseguros	Índice de Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissão-nameto %	Índice de comissão-nameto %
Constituições decorrentes de prêmios	427.459	-	-	-	427.459	74.950	176.289	176.289	4	0,00%	4	0,00%
Diferimento pelo risco decorrido	(232.834)	-	-	-	(232.834)	(28.562)	(92.474)	(92.474)	191	0,00%	191	0,00%
Aviso de sinistros	-	90.635	-	2.723	93.357	-	-	-	63	0,00%	63	0,00%
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(11.424)	-	(58)	(11.482)	-	-	-	13.822	72,27%	13.822	72,27%
Pagamentos	-	(66.137)	-	(2.152)	(68.289)	-	-	-	11.406	81,30%	11.406	81,30%
Outras constituições	-	-	5.126	-	5.126	-	-	-	1.111	-89,90%	1.111	-89,90%
Saldo em 31/12/2021	328.606	14.691	9.534	513	353.344	73.487	151.368	151.368	233.035	37,28%	233.035	37,28%
Circulante	208.072	14.691	9.534	513	232.811	46.521	151.368	151.368	37,28%	18,92%	37,28%	18,92%
Não circulante	120.534	-	-	-	120.534	26.966	-	-				
Movimentações das provisões técnicas e custos de aquisição												
31/12/2022												
Total Custos de Provisões Técnicas Aquisição Diferidos												
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Provisões Técnicas	Custos de Aquisição Diferidos	Resseguros	Ativos de Resseguros	Índice de Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissão-nameto %	Índice de comissão-nameto %
0118 - Compreensivo Empresarial	1.338	876	1.008	-	3.222	-	151.368	151.368	186.309	112.878	186.309	112.878
0167 - Riscos de Engenharia	37.284	113	126	-	37.523	-	320.783	320.783	592.287	353.345	592.287	353.345
0171 - Riscos Diversos	3.358	4.648	304	3	8.313	-	(203.990)	(203.990)	(199.230)	(117.743)	(199.230)	(117.743)
0196 - Riscos Nomeados e Operacionais	19.857	7.698	2.942	83	30.580	-	-	-	(75.868)	(38.805)	(75.868)	(38.805)
0310 - R.C. de Administradores e Diretores - D&O	10.369	2	11	-	10.382	-	-	-	(110.884)	(73.974)	(110.884)	(73.974)
0351 - R.C. Geral	14.446	894	298	-	15.638	-	-	-	(15.905)	(7.535)	(15.905)	(7.535)
0378 - R.C. Profissional - E&O	954	12	70	2	1.038	-	-	-	(9.698)	(3.385)	(9.698)	(3.385)
0621 - Transporte Nacional	2.392	-	1.051	-	3.443	-	-	-	(8)	(38)	(8)	(38)
0622 - Transporte Internacional	1.546	-	-	-	1.546	-	-	-	180.614	111.865	180.614	111.865
0623 - R.C. Transp. Rodoviário de Passageiros Interestadual	19	223	101	-	343	-	-	-	5.695	1.013	5.695	1.013
0628 - R.C. Transp. Rodoviário de Passageiros Intermunicipal	237	7	207	-	451	-	-	-	-	-	-	-
0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	-	-	1.368	-	1.368	-	-	-	-	-	-	-
0655 - R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	-	-	1.107	-	1.107	-	-	-	-	-	-	-
0746 - Fiança Locatícia	1.848	-	3	-	1.851	-	-	-	-	-	-	-
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	73.010	31	29	-	73.070	-	-	-	-	-	-	-
0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	11.668	4	283	-	11.955	-	-	-	-	-	-	-
0993 - Vida	609	-	790	-	1.399	-	-	-	-	-	-	-
1061 - Seg. habitacional ap. de mercado - prestamista	3	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
1065 - Seg. habitacional ap. de mercado - demais	1	-	-	-								

... continuação

		Ezze Seguros S.A.				Valores Brutos de Resseguro			
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2020	2021	2022	Total
		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	(não auditado)	(não auditado)		
h) Resultado Financeiro		15.989	10.880						
Receitas financeiras		16.357	11.090						
Receitas com títulos de renda fixa privados		39	3						
Receitas com títulos de renda fixa públicos – Rendimento		15.298	9.604						
Receitas com títulos de renda variável		4	972						
Receitas financeiras com operações de seguros		1.012	511						
Receitas financeiras eventuais		4	–						
Despesas financeiras		(368)	(210)						
Despesas financeiras com operações de seguros		(110)	(104)						
Despesas financeiras de encargos sobre tributos		(7)	–						
Despesas com Impostos Sobre Operações Financeiras		(96)	(5)						
Despesas financeiras eventuais		(155)	(101)						
21. Partes relacionadas – A remuneração global do pessoal-chave da Administração, que compreende substancialmente benefícios de curto prazo, no exercício de 2022 foi de R\$ 1.958 e no exercício de 2021 foi de R\$ 1.461.									
22. Imposto de renda e contribuição social – Imposto de renda e contribuição social		31/12/2022	31/12/2021						
		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL				
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		38.133	38.133	11.101	11.101				

		Membros da Diretoria			
Marcos Falcão – Atuário – MIBA nº 893		Richard Emiliano Soares Vinhosa		Diego Quintas Paes de Azevedo	
Sergio Luiz Matias – Contador Responsável CRC 1SP 215.417/0-5		Ivo Juca Machado		Edgardo Gabriel Bugallo	
		Bruno Cals de Oliveira		Flávio de Moura Bisaggio	
				Marcia Tiemi Takakura	
				Sergio Luiz Matias	
				Simone Aparecida Camargo Libonati	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **EZZE Seguros S.A.** – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da EZZE Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EZZE Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Seguradora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 25 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e com parágrafo de ênfase sobre o passivo circulante líquido ter excedido o ativo circulante líquido naquela data-base.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida

para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Seguradora, e consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 7 de março de 2023.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034.519/0

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora
CRC 1SP 198.827/0

Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da **EZZE Seguros S.A. São Paulo-SP** – CNPJ: 31.534.848/0001-24

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da EZZE Seguros S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os

ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da EZZE Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial) em seus aspectos mais relevantes, para o exercício auditado, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 07 de março de 2023

Ernst & Young Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Anderson Gomes Ferreira da Silva – Atuário – MIBA 2.043

EDP quer fechar capital no Brasil e lança oferta com prêmio de 22%



A portuguesa EDP lançou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) para o fechamento do capital da operação brasileira, a EDP Brasil. A controladora propõe pagar R\$ 24 por ação, o equivalente a um prêmio de 22,2% sobre o preço fechamento das ações na quarta-feira. Com o anúncio, a ação disparou 14,72% nesta quinta-feira, fechando a R\$ 22,52.

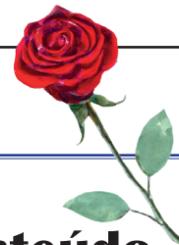
O valor proposto pela EDP é acima do intervalo de R\$ 20,20 e R\$ 22,09 indicado como preço justo no laudo de avaliação elaborado pela consultoria Ernst & Young, usando como data base o dia 31 de dezembro de 2022. Analistas observam que a taxa de juros atual impõe um desconto alto no valor dos ativos da companhia a valor presente, mas avaliam que o prêmio proposto equilibra a equação.

A controladora pode desembolsar quase R\$ 6 bilhões numa OPA total, com a compra dos 42,32% de free-float. Para isso, a EDP vai fazer uma oferta de ações em Portugal, e já tem o compromisso de subscrição de três grandes acionistas: a chinesa CTG, o fundo de Cingapura GIC e o fundo de Abu Dhabi Adia garantiram 600 milhões de euros.

Diferentemente de outras iniciativas oportunísticas na bolsa diante da forte queda dos papéis, a movimentação da companhia portuguesa não se deve à desvalorização da subsidiária local, que não está nas mínimas na bolsa. Em um ano, o papel caiu 5%, a R\$ 19,63, enquanto o Ibovespa perdeu quase o dobro.

A EDP diz que o objetivo é simplificação da estrutura corporativa e organizacional, dando maior flexibilidade na gestão financeira e operacional das suas operações no Brasil, e alinhado com a sua estratégia de foco em energias renováveis e redes de eletricidade.

Dia das Mulheres



Mulheres paulistas são mais escolarizadas, mas ganham menos que os homens



As mulheres paulistas são mais escolarizadas, mas ainda ganham menos que os homens em São Paulo. Essa é uma das conclusões da pesquisa “Perfil da Mulher Paulista; demografia, escolaridade, trabalho e renda”, publicado pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) no mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Em todas as faixas etárias pesquisadas, com exceção de 65 anos ou mais, o percentual de mulheres que concluiu o ensino superior é maior.

Entre 25 e 34 anos, e 35 e 44 anos, 34% das mulheres têm graduação, ante 27% e

28% dos homens, respectivamente. Entre 45 e 54 anos, 26% das mulheres e 22% dos homens concluíram o ensino superior.

A formação, no entanto, não é suficiente para garantir salários iguais, e a discrepância se acentua com mulheres negras.

O rendimento médio do homem não negro por hora no terceiro trimestre de 2022 era de R\$ 27,15, e o da mulher não negra, de R\$22,09. Homens negros faturavam R\$ 15,65 por hora e mulheres negras, R\$ 13,86.

A pesquisa também constatou que um quinto das mulheres brasileiras, ou 23 milhões, moram em São Paulo.

As projeções apontam para um pico em 2040, quando elas devem alcançar 24,5 milhões de habitantes; a partir daí deve começar a haver um declínio na curva, resultado de menores taxas de fecundidade e migração.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na terça-feira (28) que vai apresentar em 8 de março, no Dia Internacional da Mulher, uma lei que garanta remuneração igual para homens e mulheres que exerçam a mesma função.

Paralelamente, a bancada feminina da Câmara pressionar o presidente Arthur Lira (PP-AL) a pautar projeto de lei com a mesma proposta.

Juliana Braga/Folhapress

Serasa vai levar conteúdo feminino a Feirão Limpa Nome no Dia da Mulher

A Serasa vai lançar uma cartilha com dicas sobre finanças femininas no Dia Internacional da Mulher, que vai coincidir com seu Feirão Limpa Nome.

O conteúdo tem tópicos como administração de orçamento pessoal e doméstico, orientações sobre empréstimo, cartão de crédito e outros temas. A cartilha também mostra um resumo sobre conquistas femininas no campo da eco-

nomia ao longo da história.

No Feirão desta semana, que vai acontecer no Largo da Batata, em São Paulo, a Serasa afirma que estarão reunidas 425 empresas dispostas a negociar com quem pretende quitar seus débitos, como bancos, varejistas, universidades e outros segmentos.

Segundo dados da Serasa, as mulheres representam cerca de 50% dos brasileiros inadimplentes e respondem por 56% dos acordos fechados.

Joana Cunha/Folhapress



Assembleia de SP vê avanço de mulheres após violência de gênero impactar legislatura



Com crescimento de 39% no número de mulheres eleitas, a nova Assembleia Legislativa de São Paulo, que toma posse no dia 15 de março, sucede uma legislatura marcada por escândalos de violência contra deputadas.

São 13 mulheres reeleitas e 12 eleitas que formam a bancada feminina de 25 deputadas entre os 94 parlamentares da Casa em 2018, foram eleitas 18.

Deputadas ouvidas pela Folha dizem esperar que os casos recentes de machismo tenham efeito pedagógico e de alerta para a legislatura que se inicia. Mas com uma nova leva de deputadas feministas e de deputados conservadores chegando à Casa, há

a expectativa de que conflitos sejam reeditados.

O caso da deputada Isa Penna (PC do B), que foi apalpada durante uma sessão plenária pelo deputado Fernando Cury (União Brasil) em dezembro de 2020, se tornou emblemático, mas não foi um episódio isolado de violência contra as mulheres na Alesp.

Deputadas relatam comentários sobre aparência e vestimenta, estratégias de silenciamento, toques indesejados e conversas inapropriadas no elevador, nos corredores e no plenário.

“O recado é o de que não somos bem-vindas”, diz a deputada reeleita Mônica Seixas, do Movimento Pretas, líder do PSOL. “Quantas vezes fui intimidada e não consegui

fazer com que isso prosperasse?”, questiona Analice Fernandes, líder do PSDB, que entra em seu sexto mandato.

O grupo de estreates inclui Paula da Bancada Feminista (PSOL), Ediane Maria (PSOL) e Thainara Faria (PT) do lado da esquerda feminista, e deputadas da direita e bolsonaristas, como Fabiana B. (PL) e Dani Alonso (PL).

Fabiana afirma à Folha que as “situações gravíssimas” que ocorreram na Alesp tiveram repercussão e que “com certeza isso vai inibir” novos casos. “Com mais mulheres, uma ajuda e protege a outra. Eu sinto uma diminuição do machismo, tenho liberdade para falar, tenho voz e sou respeitada.”

Carolina Linhares/Folhapress